

HABEAS CORPUS Nº 535.098 - SP (2019/0284976-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : IASMIM AGUIAR RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADOS : THIAGO DE AMARINS SCRIPTORE - SP344613
FABIO HENRIQUE GONZAGA - SP409741
IASMIM AGUIAR RODRIGUES - SP433260
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIO LEANDRO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de LÚCIO LEANDRO DA SILVA com a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu a petição inicial do HC n. 2199835-71.2019.8.26.0000, nos seguintes termos:

Trata-se de Habeas Corpus impetrado por ilustre advogada em favor de Lucio Leandro da Silva, sob o argumento de que o paciente sofre constrangimento ilegal por parte do E. Juízo de Direito da 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de Bauru nos autos da Execução nº 7006823-27.2015.8.26.0071, consistente no indeferimento de pedido de remição de penas.

No entanto, cumpre ressaltar que a ação constitucional de Habeas Corpus é antídoto invocado contra constrangimento ilegal evidente, claro, indisfarçável, que de pronto se revela à apreciação do julgador; contra ato que, ictu oculi, avulta caracterizador de comprometimento, efetivo ou potencial, da liberdade de locomoção. Com procedimento pautado pela celeridade e pela sumariedade, não constitui o instrumento jurídico- processual adequado à análise de pedidos de benefícios ou de qualquer outro incidente no âmbito da execução penal.

Não se presta à correção de equívocos que, mesmo se existentes, têm sua percepção e reconhecimento subordinados ao exame e à consideração da prova. Não funciona, tampouco, como sucedâneo do recurso apropriado. Sim, porque é sabido e consabido que o Agravo em Execução é o meio adequado e eficiente para impugnar julgado desfavorável ao condenado que busca benefício em sede de execução criminal (art. 197, LEP), de sorte que, podendo se utilizar voluntariamente desse remédio, não está habilitado a valer-se da via estreita do Habeas Corpus para sanar constrição supostamente

contrária ao ordenamento jurídico.

No caso em apreço, o I. Juízo de origem desacolheu pleito de remição por ausência de “comprovação de estudo durante o cumprimento da pena” (fls. 23).

A decisão monocrática, então, sem embargo de sua inequívoca razoabilidade, seria impugnável por Agravo (art.197 da Lei de Execuções Penais), apenas. Eventual correção do que ficou decidido no Juízo de primeiro grau será examinada no julgamento do recurso interposto, não no âmbito restrito, e para tanto inadequado, da ação constitucional.

[...]

Por conseguinte, por revelar-se inadequada a utilização do Habeas Corpus para a finalidade apontada na impetração, configurando a falta de interesse de agir na perspectiva da adequação e consoante reza o artigo 663, do Código de Processo Penal (aqui c.c. o artigo 248 do Regimento Interno desta Colenda Corte), impõe-se, de plano, o desacolhimento do pedido, dispensadas informações da autoridade tida como coatora e exsurgindo desnecessário o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça.

[...] (fls. 31/34).

A impetrante afirma que o Tribunal *a quo* deveria ter apreciado o mérito do *habeas corpus* originário porque, embora a defesa não tenha interposto o recurso próprio contra a decisão do juízo da execução, há flagrante constrangimento ilegal ao direito de locomoção do paciente.

Assim, *em atenção aos princípios da inafastabilidade da jurisdição, da ampla defesa e do devido processo legal* (fl. 5), requer, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para determinar ao Tribunal *a quo* a análise da matéria de fundo do *writ* originário.

Indeferido o pedido de liminar e dispensadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fls. 31/39).

É relatório.

Decido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Esse entendimento não foi observado pelo Tribunal *a quo*, que indeferiu liminarmente o *habeas corpus* lá impetrado, por ser substitutivo de agravo em execução penal, não analisando, portanto, a ocorrência de flagrante ilegalidade capaz de justificar a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para determinar que o Tribunal *a quo* examine o mérito do *Habeas Corpus* n. 2199835-71.2019.8.26.0000, como entender de direito.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator